

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 465.374 - SE
(2014/0013207-7)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL
PETROS
ADVOGADO : DAYANNE ALVES SANTANA E OUTRO(S) - DF036906
ADVOGADOS : NAYCA NEGREIROS FERREIRA E OUTRO(S) - SE000487B
LARISSA CRISTINE DE MENEZES MOTTA - DF052895
RECORRIDO : JOSÉ LUCIANO FIGUEIREDO DE ALMEIDA
ADVOGADOS : MEIRIVONE FERREIRA DE ARAGÃO E OUTRO(S) -
SE002218
RAIMUNDO CÉZAR BRITTO ARAGÃO E OUTRO(S) -
SE001190
DIEGO MACIEL BRITTO ARAGÃO E OUTRO(S) - DF032510

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. ARTS. 5º, INCISO XXXVI, E 202, *CAPUT*, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITIU O PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. Em atenção ao princípio da dialeticidade recursal, as razões do agravo em recurso especial devem infirmar os fundamentos da decisão de inadmissibilidade recursal proferida pelo Tribunal de origem, sob pena de não conhecimento do reclamo por esta Corte Superior, nos termos do artigo 932, III, do CPC/2015.

2. Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior firmou o

Superior Tribunal de Justiça

entendimento de que esse óbice processual não pode ser sanado com a aplicação do art. 1.029, § 3º, do CPC/2015, porquanto o referido dispositivo legal não se presta a complementar a fundamentação de recurso já interposto.

3. Agravo interno desprovido". (fls. 1.640/1.647)

Foram, então, opostos embargos declaratórios, os quais foram rejeitados, em julgado assim sumariado:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO ARESP EM RAZÃO DA FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITIU O PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. QUESTÃO DE MÉRITO QUE NÃO PODERIA SER ANALISADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Considerando que no acórdão embargado foi mantida a decisão agravada de não conhecimento do agravo em recurso especial, não há que se falar em omissão no respectivo *decisum* por não ter sido analisado o mérito da questão discutida, tendo em vista que o recurso nem sequer ultrapassou o juízo de admissibilidade.

2. Embargos de declaração rejeitados". (fls. 1.678/1.685)

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.690/1.708), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 93, inciso IX, 5º, inciso XXXVI, e 202, *caput*, todos da Constituição Federal, alegando, para tanto, ausência de fundamentação, e que "ao referendar a decisão do Tribunal de piso, o Col. Superior Tribunal de Justiça malfez previsão constitucional da formação de prévio aporte de reservas matemáticas que façam frente ao benefício, frise-se, contratado, o que não ocorreu na hipótese dos autos".

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1.716/1.720.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a

Superior Tribunal de Justiça

repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno interposto contra a decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto:

O agravo não merece provimento.

Colhe-se dos autos que o Tribunal de Justiça de Sergipe não admitiu o processamento do recurso especial interposto pela PETROS com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 1.534-1.538):

Analisando as razões recursais, afirma a recorrente que o acórdão rescindendo não observou a limitação etária existente no art. 31, inciso IV, do Decreto nº 81240/78, ao conceder ao recorrido a suplementação de aposentadoria integral sem a exigência do requisito da idade mínima para tanto.

A limitação etária está prevista no art. 23 do Regulamento de Planos da Petros, sendo, no caso *sub examine*, de 55 anos a idade mínima para que o mantenedor-beneficiário alcance a integralidade do benefício de suplementação de aposentadoria.

O acórdão rescindendo, em verdade, afastou a incidência da limitação etária, *in casu*, por entender que tal limitação somente poderia ser aplicada aos contratos de previdência complementar firmados com a Petros a partir do registro do Regulamento que previa essa cláusula, seguindo orientação sedimentada pelo STJ.

Dessa forma, tal qual exposto no acórdão combatido, como o recorrido aderiu ao plano de benefício em 1978, e o registro do Regulamento somente ocorreu em 1979, em que pese estarem em vigor a Lei nº 6435/77 e o Decreto nº 81240/78, não havia, para o recorrido, a previsão da idade mínima como requisito para o recebimento integral do benefício.

Registre-se, por relevante, que não houve reconhecimento da ilegalidade do Decreto nº 81240/78 pelo acórdão rescindendo, sendo afastada sua aplicação apenas às adesões efetivadas antes da alteração do Regulamento da Petros para inclusão da limitação etária, daí porque o acórdão vergastado entendeu pela inexistência de ofensa literal a disposição de lei nesta ação rescisória.

Após os esclarecimentos acima prestados, fácil perceber que a decisão local encontra-se em sintonia com o entendimento jurisprudencial pacífico no STJ. Por oportuno, transcrevo os seguintes julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.

Superior Tribunal de Justiça

PREVIDÊNCIA PRIVADA. RECURSO ESPECIAL. COMPLEMENTAÇÃO APOSENTADORIA. LIMITE DE IDADE. FATOR DE REDUÇÃO.

1. Depreende-se do art. 535, I e II, do CPC que os embargos de declaração apenas são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado.

2. Os Embargos de Declaração não se prestam ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito infringente ao recurso.

3. A previdência privada é facultativa e tem natureza contratual. Assim, é inaplicável o limitador etário aos participantes cuja adesão ao plano ocorreu antes da alteração do regulamento da PETROS, efetivada exatamente para acrescentar o requisito da idade mínima para concessão do benefício, conforme o disposto no Decreto 81.240/78. (REsp 1.125.913/RS)

4. Os aclaratórios constituem meio inadequado para o prequestionamento de matéria de fundo constitucional, apto a permitir oportuna interposição do recurso extraordinário.

5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

(EDcl no REsp n. 1.125.913/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 01/03/2013)

PREVIDÊNCIA PRIVADA. RECURSO ESPECIAL. COMPLEMENTAÇÃO APOSENTADORIA. LIMITE DE IDADE. FATOR DE REDUÇÃO. DECRETO 81.240/78 QUE REGULAMENTA A LEI 6435/77. LEGALIDADE.

1. O Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido de que a questão relativa a decreto, que a pretexto de regulamentar determinada lei, extrapola o seu âmbito de incidência, é tema que se situa no plano da legalidade, e não da constitucionalidade.

2. O Decreto 81.240/78, ao tratar do limitador etário para aposentadoria complementar não extrapolou os limites da Lei 6.435/77, situando-se, portanto, dentro da legalidade.

3. A previdência privada é facultativa e tem natureza contratual. Assim, é aplicável o limitador etário ao participante cuja adesão ao plano ocorreu quando já havia previsão no regulamento da FAELCE, acerca do limitador etário.

4. O recorrente não preencheu os requisitos previstos no art. 541, parágrafo único, do CPC, e no art. 255, §§1º e 2º, do RISTJ, para configuração do dissídio jurisprudencial.

5. Recurso Especial provido.

(REsp 1151739/CE, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 14/11/2012, DJe 17/12/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. FIXAÇÃO DO LIMITE DE IDADE MÍNIMA. POSSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. MANUTENÇÃO.

1.- Consoante decidiu a Segunda Seção, no julgamento do REsp 1.135.796/RS (Relª. Minª. NANCY ANDRIGHI, sessão realizada no dia 9/5/2012), é legítimo o estabelecimento do limite de idade em 55 anos promovido pelo Decreto n. 81.240/1978, sem extrapolar os parâmetros fixados na Lei n. 6.435/1977, que não veda tal prática, além de ser imperativo a manutenção do equilíbrio atuarial da

instituição de previdência complementar, sendo aplicável ao participante que aderiu ao plano de previdência quando esse já continha cláusula com essa previsão.

2.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.299.763/CE, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012) - grifo nosso

Diante disso, embora prequestionada a matéria, o presente apelo especial não há de ser admitido no STJ, posto que vai de encontro a sua jurisprudência. Incide, na espécie, portanto, a Súmula 83/STJ, segundo a qual 'Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida'.

Ressalte-se que, apesar do referido enunciado fazer menção à alínea 'c', o Superior Tribunal de Justiça o aplica também aos casos em que há contrariedade ou negatividade de vigência à lei federal, como se extrai deste julgado:

(...)

Assim, e forte em tudo o que foi exposto, inadmito o recurso especial e nego-lhe seguimento.

Contra o referido *decisum*, a PETROS interpôs agravo em recurso especial, sustentando que todas as matérias suscitadas foram devidamente prequestionadas, além de não incidir o óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ. Em relação ao dissenso jurisprudencial, afirmou que "a decisão utilizada para fundamentar a improcedência da ação rescisória é isolada e sequer transitou em julgado no âmbito do STJ, pois está pendente de julgamento de embargos infringentes, pois acabou por ferir outras normas legais e até mesmo constitucionais" (e-STJ, fl. 1.552).

Ocorre que, conforme consignado na decisão agravada, a recorrente não infirmou adequadamente os fundamentos da decisão de inadmissibilidade recursal, pois, em relação à apontada violação aos dispositivos legais, limitou-se a afirmar que houve o prequestionamento de toda a matéria discutida, além do que não era caso de incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ, embora esses óbices não tenham sido nem sequer ventilados na decisão de admissibilidade recursal. Logo, olvidou-se de refutar a incidência da Súmula 83/STJ.

Já no tocante à apontada divergência jurisprudencial, a agravante não infirmou adequadamente a Súmula 83/STJ, porquanto, embora o Tribunal de origem tenha colacionado três acórdãos desta Corte Superior no mesmo sentido do *decisum* recorrido, a PETROS deixou de demonstrar que os referidos arestos não embasariam o acórdão recorrido, seja por que estariam ultrapassados, seja porque a hipótese seria distinta.

Tal o quadro delineado, não há reparo a ser feito na decisão agravada de não conhecimento do agravo em recurso especial, tendo em vista a ausência de impugnação do fundamento do Tribunal de origem relativo à incidência da Súmula 83 do STJ, não sendo a hipótese, inclusive, de aplicação do art. 1.029, § 3º, do CPC/2015.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÊS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A MESMA DECISÃO. PRECLUSÃO. UNIRRECORRIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III, DO CPC DE

2.015. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA.

1. Revela-se defeso a interposição simultânea de três agravos internos contra o mesmo ato judicial, ante o princípio da unirrecorribilidade e a ocorrência da preclusão consumativa, restando cognoscível apenas a primeira insurgência.

2. **À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo em recurso especial, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo.**

3. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 932, III, do CPC de 2.015 e art. 253, I, do RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado.

4. Esta Corte, ao interpretar o previsto no art. 932, parágrafo único, do CPC/2015 (o qual traz disposição similar ao § 3º do art. 1.029 do mesmo Código de Ritos), firmou o entendimento de que este dispositivo só se aplica para os casos de regularização de vício estritamente formal, não se prestando para complementar a fundamentação de recurso já interposto.

5. "A impugnação tardia do fundamento da decisão que inadmitiu o recurso especial caracteriza indevida inovação recursal, não tendo o condão de infirmar o não conhecimento do agravo, em face da preclusão consumativa" (AgInt no AREsp 1.201.388/PE, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018).

6. Agravo interno de fls. 422-427 não provido. Agravos internos de fls. 428-433 e de fls. 434-439 não conhecidos.

(AgInt no AREsp n. 1.075.687/SP, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 11/12/2018)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo interno. (fls. 1.640/1.647)

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, não prospera a alegação de ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, uma vez que o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ademais, quanto à mencionada vulneração aos artigos 5º, inciso XXXVI, e 202, *caput*, ambos da Constituição Federal, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento ao agravo interno, mantendo integralmente decisão monocrática que

Superior Tribunal de Justiça

não conheceu do agravo em recurso especial, por desobediência ao princípio da dialeticidade.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa aos artigos 5º, inciso XXXVI, e 202, *caput*, ambos da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e

Superior Tribunal de Justiça

segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

